

Bons ventos de Luanda abrem oportunidades de negócios

● PP. 42-44



PSD pronto a quebrar entendimento com PS sobre novo aeroporto

● Governo prometeu independência da comissão de avaliação, mas a presidente, Rosário Partidário, e mais seis figuras da OTI têm ligação a Alcochete. É uma “quebra de confiança”, acusa Miguel Pinto Luz. Convergência está por um fio p. 12



“Portugal é um país pobre com impostos de rico”

Economista Pedro Brinoa diz que Medina não prescindirá de excedente orçamental e lamenta “incentivos ao contrário” num país que perde competitividade

● PP. 4-7

OE2024 Governo abre a porta a algumas propostas dos patrões

● PP. 18-20

Diogo Feio “É perigoso PSD e CDS não irem juntos às europeias”

● PP. 14-15

Sede de Aveiro PCP validou projeto para prédio no lugar da Vivenda Aleluia

● PP. 30-31

Dois cafés e a conta

Armindo Monteiro: mergulhador e benfiquista

● PP. 26-27

NACIONAL

Investimento para prisões foi *fake news*

● PP. 24-25

Ex-líder da PPP de Braga vai gerir os hospitais do Algarve

● PP. 8-10

MAGAZINE

Tigerman: “Depois do disco virá um livro com Keith Richards”

PUBLICIDADE

INSUR:IT .msg

Sucesso
É UM DESPORTO DE EQUIPA

www.msg-insurit.com | Assicuradora de Seguros

PUBLICIDADE

EY Building a better working world

RSM & Associados – Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

AUDIT | TAXI | CONSULTING

SEDE
Av. do Brasil, 15 - 1.º - 1749-112 Lisboa
Tel (+351) 21 395 35 50
E-mail: geral@rsmoimrsgpt.pt

Rua da Salsinha, 112 - 3.º - 4150-682 Porto
Tel (+351) 22 207 43 90
E-mail: geral@portorsmrsgpt.pt

Inscrita na OMC sub-e nº 21
Inscrita na CMVM sub-e nº 22061380
www.rsmpt.pt

RSM

Pedro Brinca

Economista e especialista em políticas públicas

“Existe em Portugal um desincentivo ao crescimento”

Economista defende um corte de impostos, fundamental para melhorar a situação das famílias, segurar jovens e melhorar a competitividade das empresas. Mas defende que isso não pode ser feito à custa de prestações sociais nem das contas certas. É preciso reformar o Estado, diz, e antecipa um Orçamento com excedente, mesmo que residual. “Medina não querará deixar escapar a oportunidade”, acredita

Doutorado em Economia pela Universidade de Estocolmo, Pedro Brinca é professor associado na NovaSBE e especialista em políticas públicas. Ao NOVO, antecipa o que pode trazer o Orçamento do Estado para 2024 (OE2024), que chega à Assembleia a 10 de outubro.

Há consenso de que os impostos têm de baixar. Portugal está no terceiro ano de recorde de carga fiscal. Será neste OE que isso vai ser uma realidade? É desejável?

O anúncio da descida de impostos foi já feito pelo ministro das Finanças no Plano de Estabilidade e Crescimento – prometeu um alívio de impostos em sede de IRS de 2 mil milhões até 2027. A *rentrée* política ficou marcada por isso – uma corrida a ver quem corta mais imposto... Há aqui duas vertentes de análise. A primeira tem que ver com o momento: há uma realidade conjuntural de inflação

e a política orçamental expansionista (aumento de despesa ou corte de impostos) vai contra a descida da inflação. E depois há a questão estrutural, o que queremos para o país no médio/longo prazo. Portugal tem problemas de competitividade fiscal. Temos perdido nos últimos 20 anos e precisamos de recuperar de compensar quem cria valor acrescentado, riqueza, emprego. Nesse sentido de longo prazo, os alívios fiscais parecem-me bons. Mas vinco isto: num cenário de inflação, ter políticas expansionistas vai contra a tarefa do BCE. Portugal não é dos que contribuem para isso, mas se a zona euro fosse um país estaria hoje em procedimento por défice excessivo. A segunda vertente é que não é sério falar de baixas de impostos sem dizer como se financiam.

Essa é a questão: como é que podemos olhar para isso tendo em conta as despesas já alocadas ao OE2024, nomeadamente em pensões, salários e juros?



Primeiro, é bom lembrar que estava previsto gastar em juros 38 mil milhões até 2027. Podemos traduzir: 38 mil milhões são 70 aeroportos do Montijo, quase dois PRR é metade, por ano, do que gastamos na saúde. É importante que haja consciência de que o corte de impostos pode pôr em causa a consolidação. Por outro lado, se os cortes forem financiados por descida de despesa, é bom perguntar qual. Se não fossem as transferências sociais tínhamos uma taxa de risco de pobreza de 42%, em vez dos 18%. Sem o papel redistributivo do Estado, quase metade da população portuguesa era pobre. **Mas que margem existe?** Segundo o Conselho das Finanças Públicas (CFP), sem medidas extraordinárias, a execução orçamental de 2023 fecharia com superávit de 0,9%.

No limite, o OE2023 previa um défice de 0,4%. Eu diria que Medina terá o défice que quiser. Não será certamente 0,9% de excedente porque desde os cálculos do CFP já houve medidas extraordinárias, e duvido que seja 0,4% de défice porque Medina disse que o OE era um compromisso com os portugueses, mas há uma responsabilidade de aproveitar os ventos favoráveis para fazer consolidação. A verdade estará algures no meio. Acho que Medina não quer deixar escapar a oportunidade de ser o segundo ministro das Finanças na nossa história a terminar um exercício fiscal com excedente. Acredito que teremos um excedente de 0,1% a 0,2%.

Se António Costa o permitir... Ainda recentemente o primeiro-ministro veio contradizer

TEXTO

Joana Petiz
e Ricardo
Santos
Ferreira

FOTOGRAFIA

Cristina
Bernardo



Medinas sobre o IRS nos novos salários mínimos. O IRS deve ser a prioridade no corte de impostos?

É importante olhar o conjunto dos impostos e perceber quais, do ponto de vista político, mas na lógica de eficiência económica, seriam ideais. Por exemplo, na questão do IRC, tínhamos em 2000 uma carga média que estava na metade superior dos países da OCDE, mas desde então o Ocidente europeu fez uma forte desvalorização fiscal, que Portugal não acompanhou. **Taxa nominal ou efetiva?** Estamos a falar dos 31% de taxa nominal máxima... O que acontece é que se olharmos para os países e compararmos a máxima nominal com a efetiva, Portugal é dos países onde a diferença é maior. A taxa efetiva é de 25% e a nominal no escalão



Somos um país de microempresas, os segundos da Europa onde há maior percentagem da população a trabalhar em cabeleireiros e esteticistas. À nossa frente, só Chipre”

máximo é de 31%. E se olharmos para esses dados, vemos que há uma forte associação entre medidas de ineficiência alocativa de capital e a diferença entre taxa nominal e efetiva. A diferença...

São as taxas e taxinhas. É afetar o comportamento dos gestores das empresas de forma a tirar partido das exceções que o governo cria. Desde logo a progressividade do imposto: com as empresas maiores a pagarem mais, cria-se um desincentivo ao crescimento que não me parece eficiente. As grandes absorvem 22% do emprego e são responsáveis por 32% do valor acrescentado criado; as micro absorvem mais de 40% do emprego e são 23% do valor. Aqui vê-se a criação de valor por trabalhador. Há um desincentivo ao crescimento.

Que alimenta o problema da baixa produtividade...

Exato. Somos um país de microempresas. Somos o segundo país da Europa onde há maior percentagem da população a trabalhar em cabeleireiros e esteticistas. À nossa frente, só Chipre e estamos empatados com Malta. A economia portuguesa precisa de um novo paradigma, não assente em pequenos negócios de bens não transacionáveis protegidos da concorrência internacional com crescimentos nulos ou residuais da produtividade, mas em empresas que têm ambição de crescer e concorrer nos mercados internacionais. Essa pressão competitiva obriga-as a serem eficientes, profissionais, organizadas, é isso que alimenta a criação de valor que depois sustenta a convergência económica. E sem ela não há convergência social. Não é possível termos o estilo de vida de um alemão ou holandês ou francês de forma sustentada, se não tivermos a médio/longo prazo a capacidade de criar tanta riqueza como eles. Podemos fazê-lo com base em dívida – fizemos isso de 1998 a 2011 –, mas depois vem a realidade. Se formos contra um comboio, não corre bem.

Então o IRS não devia ser a aposta?

Não foi isso que eu disse, acho que tem de haver uma abordagem sistémica para ambas as fiscalidades, IRS e IRC. As pessoas estão a sair do país porque a diferença nas condições de vida é brutal. Temos de ganhar aí competitividade, não podemos penalizar quem quer trabalhar mais e formar-se mais e ter mais qualificações para vender o seu trabalho a preço mais alto. Os incentivos estão todos ao contrário. Por outro lado, nas empresas temos essa falta de competitividade. Mas a discussão não pode estar divorciada de como se financia. E pôr em causa a consolidação orçamental seria péssima ideia. O governo, independentemente dos méritos de como o fez, tem tido um extraordinário contributo com a consolidação num momento em que era fácil esbanjar os ventos favoráveis em medidas populistas. Mas estes ventos não vão durar muito mais. A Europa está completamente estagnada, é claríssimo que o

crescimento em 2024 vai ser inferior ao deste ano, a inflação também e obviamente que isso é que tem suportado em larga medida – em conjunto com a disciplina orçamental – a consolidação. Vai ser muito mais difícil fazer brilharetes. Por isso para mim a ênfase está num ponto de que não se fala mas é crucial: é preciso pensar profundamente na reforma do Estado, perceber onde há ineficiências, o que pode ser otimizado. Nós vamos gastar mil milhões em modernização administrativa e finanças; eu queria saber o que terei em troca.

E medir a execução a seguir.

É isso é crucial, monitorizar ter indicadores de *performance*. Nem falo numa perspetiva maquiavélica neoliberal de controlar os funcionários públicos e indexar *performance* à remuneração; se não tivemos esse olhar cirúrgico sobre a *performance* das administrações públicas não vamos conseguir melhorá-las. E eu devo reconhecer o impulso reformista muito forte e positivo que deu um salto qualitativo para o país liderado também por um governo PS, pela prof.^a Maria Manuel Leitão Marques. É preciso esta lógica de reforma do Estado para ver se é possível fazer o mesmo com menos – e sendo, libertar recursos para esses cortes de impostos e para aumentar a competitividade da economia.

Mas não temos ouvido falar em reformas... Temos aliás dois sectores que vão requerer financiamento: saúde e educação. Como se garante a paz social?

Esse é um tema importante e preocupa-me. Quando olhamos para a Europa, sobretudo os segmentos de maior valor acrescentado, temos países com estruturas fiscais mais leves, com Estados sociais mais pobres, mas grande capacidade de atração de investimento, forte dinâmica económica e crescimento. Os de leste, por exemplo. E temos outros países fortemente capitalizados, produtivos, com Estados sociais fortes sustentados com fiscalidades elevadas. E depois temos Portugal, que tem impostos de rico num país pobre. E o que me preocupa, uma pergunta para a qual não tenho resposta, é se é possível voltar à convergência consistente com parceiros na UE que nos têm ultrapassado. Se é possível isso sem alguns





sacrifícios a esse nível. E assusta-me porque temos muitas

debilidades. O governo vive na primeira derivada e a população no nível, porque se ouvirmos o executivo, a educação – citando Mário Centeno, já governador do Banco de Portugal mas ainda a pensar que era ministro das Finanças – está a pulverizar o leste. E é verdade, a percentagem de jovens no superior é muito acima da média, o problema é o nível: somos o país que, em toda a União, tem maior percentagem de trabalhadores que não fizeram o secundário. Ou seja, temos uma forte transição geracional, uma mudança nas qualificações que é favorável e talvez seja a resposta...

Mas esses jovens estão a sair...

Estão. Os números do INE e da Segurança Social são diferentes, mas no stock Portugal é oitavo no mundo na taxa de emigração (portugueses a viver no estrangeiro a dividir pela nossa população). E quem está atrás de nós são Estados falhados.

Nesta situação que vivemos de alguma crise faz mais sentido a redução de impostos ou o aumento das transferências?

Nós não estamos em crise... se estamos em crise a crescer mais de 2%, então quando não estamos? Não obstante, há muita gente que está em crise – são coisas diferentes. Não é um problema de média, o PIB está a crescer, é uma questão de franjas da população desproporcionalmente afetadas por toda esta dinâmica de eventos. Por exemplo, no crédito à habitação, em 2019 tínhamos 18 mil famílias com taxa de esforço acima de 35%; no fim de 2022, antes da subida de 3,25 pontos percentuais, tínhamos 70 mil famílias com taxa de esforço acima de 50%. Essas têm de ser ajudadas, não creio que haja risco moral – ninguém, nem o próprio regulador, que fazia os testes de stresse com um limite de três pontos percentuais, esperava que pudesse vir uma coisa desta magnitude.

Esses limites dos testes de stresse até foram reduzidos... Foi uma medida populista?

Não diria... Limitar os empréstimos a quem quer comprar casa agora, que a taxa de esforço não ultrapasse os 50% ou 35% com 3% em cima disto significaria, em fevereiro de 2022,

passar num empréstimo de 300 mil euros, de uma prestação de 900 para o dobro. Mas a comparação relevante é quantos conseguem financiar os mesmos 900 euros. E é menos de metade. Ou seja, imagine pôr 3% em cima disso. Ninguém se financiava...

Não é porque não existem, de facto, condições de rendimentos das pessoas para que elas tenham acesso a crédito?

Há uma coisa que me preocupa bastante: nós estamos a criar uma clivagem muito grande em termos de desigualdade de riqueza. A forma dominante de poupança e de acumulação de riqueza das famílias em Portugal é a habitação. E com os critérios macroprudenciais e com esses limites, estamos a excluir uma boa parte da população de aceder a essa escalada na constituição de riqueza: ficam bloqueados no mercado de arrendamento. O mercado de arrendamento tem de existir. Há pessoas que pelas circunstâncias de vida faz sentido que possam arrendar, mas é importante que quem tenha condições o possa fazer. Aliás, eu até vou mais longe, é inacreditável vivemos num país em que ter trabalho pode não ser suficiente para não viver na miséria, e isso é preocupante. Por isso, essa dinâmica do mercado da habitação preocupa-me no sentido de que pode estar a ser um fator gerador de desigualdades muito forte; e não estamos a falar das classes mais pobres, porque essas não acedem à compra de casa, estamos a falar da classe média. **Mas estamos a falar do mercado da habitação ou estamos a falar de rendimentos?**

As duas coisas não podem ser separadas, as casas só se vendem se as pessoas tiverem disponibilidade financeira para as comprar. **Mas se essa franja não tem capacidade para aceder ao crédito, para pagar uma renda, para pagar todas as despesas do mês, pagar um seguro de saúde, se calhar, o problema não é do mercado de habitação, dos seguros ou de arrendamento, mas sim dos salários.**

Também, obviamente. Os salários em Portugal não valem uma Mérida e eu vou explicar porquê: o maior nível salarial de uma cidade em Portugal é em Lisboa, e é inferior ao nível salarial mais baixo de uma cidade em Espanha que é



Não é possível termos o estilo de vida de um alemão ou holandês se não tivermos a médio/longo prazo a capacidade de criar tanta riqueza como eles”

“Pôr em causa a consolidação orçamental seria uma péssima ideia”

Mérida. Por isso, só por aí nós percebemos, de facto, que somos um país pobre, em média, o que é complicado. Na questão da habitação, especificamente, é bom lembrar que nós podemos ter aqui um problema e me que construir para o segmento médio/baixo ou médio até pode não ser a opção mais atraente do ponto de vista financeiro para os promotores. E enquanto houver procura que sustente o segmento de classe média/alta e alta, obviamente que muitos dos recursos são desviados para aí, e daí que eu creio que existe agora um movimento forte de resposta das políticas públicas à criação de uma oferta pública de

habitação.

É aqui que as políticas públicas têm de intervir. Como?

Primeiro, através da criação de oferta. O sector ficou muito fragilizado após a grande recessão; não só foi uma crise do sector imobiliário, uma grande desvalorização que afastou muitas pessoas, algumas empresas de construção terão ido à falência, mas o próprio Estado descontinuou um conjunto de programas. Foi um choque brutal. O próprio Estado deixou de construir. Entre 2002 e 2010 eram 930 fogos, entre 2010 e 2020 foram 17, no município de Lisboa, no período em que estiveram lá António Costa e



Os salários em Portugal não valem uma Mérida: o maior nível salarial de uma cidade em Portugal é em Lisboa, e é inferior ao nível salarial mais baixo de uma cidade em Espanha, que se verifica em Mérida. De facto, somos um país pobre”

o problema não é de não haver casas. Nós tivemos um movimento muito acentuado de migração do interior para o litoral, que faz com que boa parte desta oferta que é descrita não tenha qualquer relevância para as soluções que as pessoas precisam. E essas soluções estão principalmente nos grandes centros urbanos, não é uma questão apenas limitada a Lisboa e Porto, mas é muito explicada por Lisboa e Porto.

Investimento público. Temos o PRR, que há de arrancar algures no próximo ano, a ferrovia está atrasada e grandes projetos estão congelados. Será neste OE que vamos ver algum impulso?

No PRR, é normal que no princípio do programa seja mais lento e acelere à medida que se vai aproximando do fim. É importante que isso aconteça, porque o investimento público é, prevê-se que seja, o grande sustentáculo do crescimento económico para a última parte deste ano e para 2024; se isso não acontecer, é porque tivemos problemas de execução e é possível que tenhamos um cenário de crescimento menos favorável. Agora, também é importante perceber que o PRR não vai estar cá para sempre. É verdade que nos permitiu, de facto, ter este impulso no investimento público, que era fundamental. Entre 2010 e 2020, o investimento público que foi feito em Portugal não era suficiente para manter as infraestruturas existentes e é óbvio que a partir de 2020 era determinante ter de haver aqui um choque de investimento público. O PRR permitiu que o governo fizesse esse choque sem pagar o custo político de ter de arranjar espaço no OE para meter esse investimento público. Foi uma jogada de mestre; ao mesmo tempo consegue consolidar as contas e fazer investimento

público. Agora, a seguir a 2026 é preciso arranjar espaço no orçamento para investimento público pós-PRR; e aí também tenho de cumprimentar Fernando Medina, que recentemente veio alertar precisamente para isso, publicamente. No que respeita à conjuntura e à sustentação do crescimento económico em Portugal para o ano, a dinâmica do investimento público é fundamental. Do ponto de vista estrutural, mais uma vez, é preciso conseguir perceber se vai ser na racionalização ou na eficiência do Estado que vamos buscar margem para conseguir arranjar espaço para o investimento público ou para o aumento da competitividade ou para todas as outras prendas que nós gostaríamos de ter, mas ela vai ter de vir de algum lado.

E em relação ao investimento direto estrangeiro, porque não temos maior capacidade de atração de IDE?

Portugal, desde 2014, tem construído um stock de investimento direto estrangeiro que está acima da média da OCDE. Portugal nesse ranking até está relativamente bem. Isso, obviamente, não fala da qualidade desse investimento e da capacidade que essa entrada tem de criar valor. No passado, tivemos isso para o sector dos bens não transacionáveis e não alimentou um crescimento de produtividade que nos permitisse crescer. Agora, o que eu vejo são algumas notas positivas e aquilo que vemos é que a parte das nossas exportações que tem maior densidade de alta tecnologia ou de média/alta tecnologia tem subido, de facto, nos últimos anos; em níveis, se calhar, ainda está relativamente baixa, mas com uma dinâmica de crescimento e de melhoria. Por isso, nesse sentido, espera-se que haja uma mudança qualitativa na

questão do IDE que possa realmente alimentar um novo paradigma de criação de valor, mais assente na produção de bens transacionáveis.

Olhando para a frente, a expectativa é de arrefecimento do crescimento e de uma inflação já sem o mesmo ímpeto. Que riscos podemos antever?

Para mim, o maior medo que eu tenho é a questão do desemprego. Cortar impostos, tudo isto está na mesa porque o desemprego não disparou e está em mínimos históricos. Se dispara, cai a receita, porque aquelas pessoas já não estão a criar riqueza e não estão a pagar impostos, e, por outro lado, aumenta a despesa, entram os estabilizadores automáticos e todo este excedente e todo este clima positivo de contas públicas desaparece em num instante. Por isso, para mim, a maior ameaça é alguma recessão que possa acontecer na zona euro. E que é real, porque a zona euro, neste momento, está estagnada. E a política monetária tem um efeito desfasado que a maior parte dos economistas concordarão que andará entre os 12 e os 18 meses, pelo que o impacto das subidas de taxas de juro ainda se vão dar, pelo menos, nos próximos 12 meses. E se a Europa já está estagnada com uma taxa de juro que há 12 meses era de cerca de 1%, imagine-se o que pode acontecer nos próximos 12 meses. É um perigo calculado. Eu creio que neste momento vivemos num cenário em termos de políticas monetárias em que estamos a errar por excesso. Agora, se existir destruição de emprego, se existir destruição de empresas, a coisa não se resolve assim tão rápido como eles querem.

E a que nível estarão os juros no próximo ano?

As expectativas que existiam em janeiro é que a taxa de juro começasse a descer em julho; depois, em fevereiro, saíram os números da inflação em Espanha e em França e entrou toda a gente em pânico e, então, descidas de juro não antes de setembro; depois começamos a ver que a inflação estava a descer mais lentamente do que nós queríamos e então as descidas já só seriam em janeiro. Agora, a melhor expectativa que temos de descida de taxas de juro será só em junho.



Fernando Medina. É importante e é justo também lembrá-lo que boa parte da construção que ainda foi dos anos anteriores tinha a ver com o programa para acabar com as barracas no município de Lisboa e isso explica uma boa parte desta criação de fogos; e eventual-

mente tivemos sucesso, acabámos com as barracas e não vamos continuar a construir habitação para barracas que já não existem, e também passámos por um período complicado em termos de consolidação orçamental, mas, esquecendo o passado e olhando para o futuro, claramente que tendo 2% do parque habitacional público, há uma margem importante que o governo pode fazer. Mas nem que o governo gastasse todo o dinheiro do PRR em habitação pública, nem assim nós conseguiríamos provavelmente resolver o problema. Depois vêm números de termos 750 mil casas desocupadas e que

NOVO **TV**

O programa **Discurso Direto** é uma parceria entre o NOVO e a JÉ TV, a plataforma multimédia do Jornal Económico. Veja em www.novo.pt e www.jornaleconomico.pt. Com versão em podcast no Spotify e outras plataformas